

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2020

(Da Bancada do PSOL)

Susta os efeitos do Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, da Presidência da República, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal.

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - Este Decreto susta os efeitos do Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, da Presidência da República, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, emitiu o Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal, assinado juntamente pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e pela Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina.

A medida modifica a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; entre outras providências.

De acordo com o Decreto, as competências de que trata o art. 49 da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, agora serão exercidas, em âmbito federal, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Entre elas, estão a competência de formular estratégias, políticas públicas, planos e programas para a gestão de florestas públicas.

Desta forma, o Presidente transferiu do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura a responsabilidade sobre o Plano Anual de Outorga Florestal, a definição de quais áreas serão submetidas à concessão florestal e, ainda, a determinação dos termos de licitação e critérios de seleção, a operacionalização dos procedimentos licitatórios e a celebração de contratos.

Entretanto, o artigo 2º da Lei Florestal elenca os princípios da gestão de florestas públicas que são: a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público; o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o país; o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação.

Assim, ao transferir a gestão de áreas florestais do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, o Decreto, além de ferir a Lei nº 11.284 de 2006, configura um conflito de interesses que atende claramente os interesses da bancada ruralista, visto que a missão institucional do MAPA é a produção e não a proteção socioambiental.

Outra incongruência do Decreto é que ele dispõe sobre competências para a *concessão de florestas públicas*. Esse é um termo que inexiste no arcabouço normativo brasileiro. A concessão florestal é um instrumento jurídico que celebra a parceria entre o ente público e o ente privado para a prática do manejo florestal sustentável. Esse instrumento jurídico é detalhado juridicamente e vem sendo aplicado em âmbito federal e estadual há mais de uma década.

A concessão de florestas públicas, por sua vez, como não está definida, pode ter uma ampla gama de significados e interpretações, desde a concessão de parques (que também são florestas públicas), passando pela concessão de direito real de uso a comunidades tradicionais, podendo chegar até à concessão de uso da terra a particulares.

Deve-se considerar, da mesma forma, que a gestão transferida para o MAPA inclui todas as florestas públicas, não apenas as Florestas Nacionais (FLONAs). Enquanto as concessões públicas em Unidades de Conservação, por exemplo, ainda deverão passar para análise do órgão competente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), este Decreto determina que todos os 42 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas poderão ser concedidas para exploração sem a possibilidade dos técnicos do MMA se manifestarem¹.

Pode-se contemplar, a partir do texto do Decreto, a possibilidade do MAPA exercer competências atualmente a cargo do MMA sobre concessões de parques nacionais e de direito real de uso em unidades de conservação de destinadas a comunidades (atualmente sob responsabilidade do ICMBio).

A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, é clara ao elencar entre as competências do Ministério do Meio Ambiente a gestão da política nacional do meio ambiente, assim como a política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas.

Da mesma forma, o parágrafo único do artigo 39 da Lei 13.844/2019 é cristalino ao afirmar que a gestão das florestas públicas será exercida pelo Ministério do Meio Ambiente em articulação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Não há que se admitir, em hipótese alguma, ainda mais em ordenamento infralegal, na contramão do que determina legislação

¹ Disponível em:
https://mma.gov.br/images/arquivos/Informacoes_ambientais/ListaDeIndicadores/area_de_florestas_publicas/DB_SFB_AreadeFlorestasPublicas.pdf

federal aprovada por este Congresso Nacional, que a gestão se dará exclusivamente pelo MAPA.

Portanto, o Decreto aumenta sobremaneira a insegurança jurídica, além de atribuir competências legais a órgão que não possui capacidade técnica para tal empreitada, contrariando todo o espírito da Política Nacional de Meio Ambiente.

A ação do governo configura-se como mais um grave retrocesso à manutenção de florestas públicas e abre margem para mais ataques à gestão ambiental brasileira, a despeito do contínuo aumento dos índices de desmatamento em áreas públicas no primeiro trimestre de 2020, mesmo em meio a uma pandemia, agravado pelas medidas de desestruturação do IBAMA, ICMBio, MMA e o próprio Serviço Florestal Brasileiro².

Esta medida, portanto, se insere num contexto de desmonte governamental das estruturas públicas de Gestão Ambiental. O princípio da proibição do retrocesso social veda qualquer tipo de retirada de Direitos socioambientais constitucionalmente consagrados. O objetivo de tal princípio é desautorizar medidas administrativas ou legislativas que sejam restritivas ou supressivas de Direitos, especialmente quando atinge setores mais vulneráveis da população, que extrapolem os limites constitucionais e ataquem garantias socioambientais

Observa-se, portanto, que o Decreto que se pretende sustar afrontou o poder regulamentar concedido ao Poder Executivo, sendo absolutamente incompatível com os princípios reitores da Constituição Federal de 1988, especialmente em relação aos princípios de proteção e defesa do Meio Ambiente.

Por todo o exposto, considerando que o Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, representa evidente desrespeito à ordem constitucional, pelos motivos já expostos, cabe ao Congresso Nacional, com fundamento na Constituição Federal, determinar a sustação de seus efeitos.

² Disponível em:

https://mma.gov.br/images/arquivos/Informacoes_ambientais/ListaDeIndicadores/area_de_florestas_publicas/DB_SFB_AreadeFlorestasPublicas.pdf



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Apresentação: 14/05/2020 20:22

PDL n.225/2020

Sala das Sessões, 14 de maio de 2020

Fernanda Melchionna

Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues

PSOL/PA

Marcelo Freixo

PSOL/RJ

Sâmia Bomfim

PSOL/SP

Áurea Carolina

PSOL/MG

David Miranda

PSOL/RJ

Glauber Braga

PSOL/RJ

Ivan Valente

PSOL/SP

Luiza Erundina

PSOL/SP

Talíria Petrone

PSOL/RJ

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),
através do ponto p_6337, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Apresentação: 14/05/2020 20:22

PDL n.225/2020

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),
através do ponto p_6337, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.





Projeto de Decreto Legislativo **(Do Sr. Fernanda Melchionna)**

Susta os efeitos do Decreto nº
10.347, de 13 de maio de 2020, da
Presidência da República, que dispõe
sobre as competências para a concessão
de florestas públicas, em âmbito federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD207727279100, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) *-(p_6337)
- 2 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
- 3 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 4 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 5 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)
- 6 Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
- 7 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 8 Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)
- 9 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.